

"Não vai ter filho agora, hein?" Maternidade e vida acadêmica: entre desafios cotidianos e constrangimentos institucionais¹

Manuela Vieira Blanc (UFES/ES)²

Nathalia Cominotti Bonfiglio (UFES/ES)³

Victoria Rangel de Moraes (UFES/ES)⁴

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar os desafios encontrados por mães estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo no que se refere a conciliação entre as atividades de cuidado e estudos diante da insuficiência de suporte estatal e de serviços oferecidos pela própria universidade e conferindo especial destaque aos constrangimentos institucionais observados ao longo de um trabalho de observação de inspiração etnográfica. Esta proposta se inspira em um conjunto de situações observadas pelas autoras enquanto estudantes e professora universitárias, duas delas também mães, e que apontam para os constrangimentos institucionais vivenciados por estudantes mães e seus dilemas em torno da conciliação entre os estudos, o trabalho e o cuidado e que se somarão às diferentes dimensões que atravessam a condição de sobrecarga materna. Esta proposta, portanto, se utiliza de dados de observação de inspiração etnográfica, de dados coletados ao longo de uma pesquisa etnográfica digital, via WhatsApp, e de relatos de membros do coletivo Parentalidades quanto às suas vivências e embates no contexto acadêmico. No plano teórico, esse trabalho se inspira no debate da Desigualdade Sexual do Trabalho e na Teoria da Reprodução Social, que fazem o esforço de expor como são dadas as desigualdades de gênero no que tange ao trabalho do cuidado e ao modo como esses desafios e desigualdades se organizam em prol da manutenção do sistema capitalista. A Teoria da Reprodução Social reconhece a reprodução como aspecto central ao processo produtivo, enquanto atividade de reposição da força de trabalho. A desqualificação e invisibilização destas atividades de cuidado estão relacionadas a um sistema de exclusão das mulheres, historicamente as principais responsáveis por realizá-las, dada a ausência

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024). Este trabalho integra as atividades do projeto em desenvolvimento *Sociabilidades disputadas e gramáticas de administração das tensões urbanas na Região Metropolitana da Grande Vitória, Estado do Espírito Santo*, financiado pela FAPES Edital N° 28/2022, registro 916/2023 - P:2023-MK6CN.

² Doutora em Sociologia Política, professora do Departamento de Ciências Sociais na Universidade Federal do Espírito Santo e Coordenadora do Urbes: Núcleo Capixaba de Estudos da Experiência Humana em Meio Urbano.

³ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo.

⁴ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo.

de um aparato coletivo, na contemporaneidade, que culmina na exclusão das crianças e seus cuidadores de diferentes contextos sociais. Destacaremos o papel de uma série de constrangimentos institucionais que incidem negativamente sobre as experiências parentais, sobretudo de mulheres estudantes que são as cuidadoras principais de seus filhos no contexto acadêmico, bem como os esforços de mobilização, igualmente restritos em função dos desafios de conciliação entre as atividades de cuidado e de estudos.

Palavras-chave: desigualdade de gênero; parentalidade; trabalho de cuidado.

A constituição de um público e da pesquisa

“Você já percebeu que após alguma colega da sua sala matinar, ela tenha trancado o semestre ou até mesmo evadido do curso? Percebeu também que essa mesma colega não tem conseguido mais participar de grupos de pesquisa, de projetos de extensão ou de outras vivências que a universidade proporciona? Isso tem acontecido de maneira recorrente na vida de estudantes que exercem o cuidado parental na universidade, passando a enfrentar jornadas duplas ou triplas de trabalho que impactam diretamente no desempenho acadêmico desses estudantes. Nesse cenário, o que a universidade tem feito para proporcionar a garantia do direito à educação para quem exerce o cuidado parental?” (@parentalidadesufes, postagem no Instagram de 31 de outubro de 2023⁵)

O texto acima trata-se de uma das primeiras convocatórias do Coletivo Parentalidades, criado por mulheres que exercem o cuidado parental na Universidade Federal do Espírito Santo, publicada no segundo semestre de 2023. Podemos observar como o surgimento do coletivo, que apresenta em suas primeiras demandas um conjunto de propostas infraestruturais e de assistência a membros da comunidade acadêmica que exercem cuidado parental, é reação a um conjunto de constrangimentos institucionais vivenciados sobretudo por essas estudantes, entre nossas interlocutoras todas mulheres cis, em contextos nos quais a presença das crianças é uma condição para a sua participação em atividades acadêmicas.

A primeira⁶ e a segunda⁷ autoras deste artigo já haviam iniciado a esta altura uma parceria de pesquisa unindo a produção de dados, pela primeira, e o interesse em discutir a teoria feminista em uma perspectiva empírica, pela segunda. Enquanto isso, a terceira autora⁸ mobilizava esforços para a fundação do Coletivo, em parceria com outras estudantes.

No primeiro semestre de 2023 participamos todas da organização de uma saída de campo a ocorrer em um sábado no âmbito de uma disciplina da graduação. A atividade envolveu o agendamento de transporte institucional, o estabelecimento de contato com a comunidade que nos receberia, o que implicaria no preparo de uma refeição, o agendamento de uma reunião com os líderes comunitários, entre outras atividades

⁵ As identidades de todas as interlocutoras serão resguardadas neste artigo com o uso de codinomes, exceto o nome do coletivo e os nomes das autoras do artigo, quando seus relatos forem utilizados como fonte de dados. Manteremos, ao mencionarmos relatos publicados no Instagram, o padrão dos arrobas nos codinomes, em correspondência com o padrão de identificação na rede.

⁶ Mulher branca, cis, divorciada, professora e mãe de uma criança seis anos.

⁷ Mulher branca, cis, então estudante de graduação, solteira e sem filhos.

⁸ Mulher preta, cis, então estudante de graduação em ciências sociais, mãe solo de uma criança de três anos.

previstas para durarem um dia inteiro, em comum acordo com os estudantes e a comunidade envolvidos. O destino da turma está a uma hora e meia de distância da universidade, em região onde não há oferta regular de transporte público, e nos organizamos com uma antecedência de mais de um mês.

Aquela turma contava com a participação da filha de Victoria, ainda com dois anos, sempre acompanhando a sua mãe, responsável exclusiva pela criança. A estudante vive a condição de migrante estudantil, já que o seu núcleo familiar mora em município distante do campus, o que a leva a coabitar com a sua avó por afinidade, em município vizinho, segundo calendário acadêmico de aulas. Àquela época, ainda não contava com o pagamento regular de pensão alimentícia pelo pai da criança nem conseguia manter um trabalho remunerado formal ou sequer se dedicar a atividades de pesquisa, em função das dificuldades de conciliação com as tarefas de cuidado da filha. Victoria tinha uma bolsa de residência pedagógica, atividade que prevê carga horária presencial de apenas 4h semanais e uma remuneração de R\$ 700,00⁹. A sua filha circula regularmente pela universidade, também seu espaço de vivências, sempre que não está na escolinha.

Em situações pontuais o filho de Manuela também frequentava esta turma, assim como todas as outras que a mãe eventualmente assume, seja em situações de incompatibilidade entre o calendário escolar e o acadêmico ou por motivos outros, quando não está na escola. A criança tinha então cinco anos, mora com a mãe e fica sob a responsabilidade dela, exceto em intervalos curtos durante à noite, pela semana, e em finais de semana quinzenais, quando fica sob os cuidados do pai. O agendamento da saída de campo previu o calendário de permanência do garotinho com o pai, mas foi alterado compulsoriamente, por iniciativa do setor de transportes da universidade. O menino iria, portanto, à atividade de campo, assim como costuma ocorrer sempre que, em ocasiões semelhantes, os compromissos profissionais da mãe requerem.

A escola é a única instituição com a qual contam as mães autoras deste artigo, em ambos os casos acessada, àquela época, em regime parcial, por quatro horas ao dia. Essas mulheres não contam com o suporte de cuidadores eventuais ou regulares, administrando o restante da jornada entre suas atividades de trabalho e estudos e o cuidado das crianças.

De volta à universidade, os agendamentos de transporte envolvem procedimentos altamente burocráticos, com a previsão de mais de trinta dias, o envio dos nomes, documentos e número de matrícula dos estudantes envolvidos. A mudança do calendário,

⁹ A estudante também é assistida pelo Bolsa família, o que lhe garante um auxílio de mais R\$700,00 mensais.

três dias antes da data inicialmente prevista, abalou também a organização das duas mães envolvidas. Informamos a situação aos responsáveis na instituição, que proibiram expressamente a entrada das crianças no ônibus, alegando ferir à normativa específica.

A Portaria nº 3, de 31 de agosto de 2012, versa sobre os “princípios, trâmites e condutas básicas a serem seguidas por servidores e membros do corpo discente enquanto requisitantes ou usuários de veículos oficiais da UFES”, restringindo o uso dos serviços para interesses pessoais e listando um conjunto de usos indevidos dos recursos públicos, todas direcionadas a devido respeito ao seu fim, o que envolve a expressa proibição deste serviço institucional “para transporte de familiares de Servidores ou de pessoas estranhas ao serviço público”. No dia da atividade, as duas crianças e suas respectivas mães, incluindo a coordenadora da atividade, foram impedidas de entrar no ônibus.

Não se tratava do indevido uso de recursos públicos, não se pretendia “transportar familiares”, tratava-se da indissociabilidade entre a maternidade e a vida pública, estudantil e profissional, dessas mulheres. Se as mulheres envolvidas eram as responsáveis exclusivas pelas crianças, ou as crianças iam junto ou elas mesmas não poderiam ir. A instituição, na figura do chefe do setor e do motorista em atividade, entendeu que não, que ficassem em Vitória.

Rumamos em carro particular: as mães, suas crias e mais três estudantes igualmente impedidos de entrar no ônibus por não constarem na lista entregue um mês antes. O ônibus da universidade seguiu quase vazio, porque muitos dos estudantes programados para a atividade previamente não puderam readequar as suas agendas após o reagendamento compulsório.

A presença das crianças no ônibus foi interpretada como uma irregularidade, a insistência na manutenção da atividade, condicionada ao traslado de parte do grupo em transporte privado, também é. O constrangimento diante de um impasse de certo modo produzido pela própria instituição não nos impediu de passar uma jornada de sábado na Aldeia Pau-Brasil, em companhia das lideranças Tupinikim, para discutir a disputa pela terra no interior do Estado do Espírito Santo.

Essa foi apenas uma situação experimentada ou observada por nós nos últimos meses e que aponta para as vulnerabilidades vivenciadas por responsáveis por crianças pequenas diante das incompatibilidades entre as demandas de cuidado que requerem seus filhos e as exigências que atravessam a realização de seus projetos profissionais e estudantis.

Utilizaremos no desenvolvimento deste artigo um conjunto de dados obtidos através de observação de inspiração etnográfica. Parte deles colecionamos em nossas experiências pessoais, enquanto participantes observantes diretamente afetadas pelas questões que aqui visamos analisar, outra parte foram obtidos com auxílio da etnografia digital no Instagram e no grupo de WhatsApp do Coletivo, além de relatos obtidos em conversas informais. Tivemos ainda acesso às atas das reuniões realizadas entre os membros do coletivo, onde constam relatos dos participantes das reuniões. Apesar do Parentalidades Ufes se colocar como um coletivo voltado à luta por direitos de cuidadores de crianças que são membros da comunidade acadêmica de um modo geral, apenas dois rapazes fazem parte do grupo de WhatsApp e todos os relatos que obtivemos vieram de mulheres¹⁰. O grupo conta com a participação de estudantes, professoras e um funcionário administrativo da universidade cujas atividades estão vinculadas aos campi localizados na capital do Estado do Espírito Santo.

Iniciaremos este artigo contextualizando o nosso problema de pesquisa a partir de três aspectos: a invisibilização do trabalho de cuidado, enquanto trabalho não remunerado, no contexto capitalista patriarcal; a falta de suporte, tanto estatal quanto social e seus impactos sobre as desigualdades de gênero, dado que o trabalho de cuidado é realizado majoritariamente por mulheres; e seus impactos sobre as trajetórias de jovens estudantes do Ensino Superior em universidades públicas brasileiras.

Em seguida nos interessa analisar a relação entre o deslocamento do trabalho de cuidado para o âmbito privado da família e seus efeitos sobre a exclusão das crianças dos espaços públicos, juntamente com seus cuidadores principais. Demonstraremos através dos nossos dados que permanecer na universidade, para as nossas interlocutoras, corresponde a resistir em um contexto no qual a lógica do cuidado conflita com a lógica institucional. Neste subtópico nos deparamos com as limitações infraestruturais em torno da própria política de assistência voltada para esse público, demonstrando como suas contradições internas tornam o gozo dos benefícios também fonte de constrangimentos.

Partiremos então para a realidade vivenciada pelas estudantes em situações nas quais suas crianças precisam acompanhá-las em atividades acadêmicas e o modo como a maternidade se reflete em uma condição excludente. Apesar dos avanços no que se refere ao reconhecimento dos impactos da maternidade sobre as trajetórias acadêmicas e as conquistas já em curso, nos interessa demonstrar como tais fenômenos ainda incidem

¹⁰ Até a finalização deste trabalho, todos os membros do Coletivo que partilhavam do espaço do grupo de Whatsapp eram pessoas cis, 23 pessoas no total.

sobre a trajetória de mães de crianças pequenas que se encontram nas fases iniciais de formação, as estudantes de graduação. Assim se mantém um gargalo que incide diretamente sobre as mulheres mães mais vulnerabilizadas, impactando sobre suas expectativas de carreira.

Este artigo se dedica a analisar as experiências daquelas que ousam, que contrariam as expectativas e as estatísticas, que insistem em estudar e maternar, mesmo que para isso tenham que subverter a lógica do próprio espaço acadêmico. Não temos solução simples para a questão, que é complexa, mas os dados obtidos apontam para ajustamentos sutis na política de assistência em vigor, bem como investimentos pontuais em espaços e serviços de suporte às crianças cujos efeitos já trariam grande benefício as interessadas.

Contextualizando o problema e subvertendo a lógica

A maternidade em si ela é exaustiva, abdicamos de muitas coisas de nosso desejo individual pelos nossos filhos e ter esse acolhimento nos permitiria permanecer e alcançar nossos objetivos, sem [nos] preocupar se isso irá afetar os nossos filhos e gerar um abandono materno ou abandono de aspirações individuais (Luana, mulher cis, preta, graduanda, mãe solo de uma criança de 3 anos em conversa no Grupo de Whatsapp do Coletivo Parentalidades).

O trabalho de cuidado não é reconhecido enquanto essencial para o sistema produtivo e, também por isso, é objeto de invisibilização e, conseqüentemente, marginalização. Enquanto atividade de reposição da força de trabalho, o trabalho do cuidado está submetido à lógica capitalista em articulação com a lógica patriarcal que o alicerça simbolicamente (BHATTACHARYA, 2019). A sua negação enquanto atividade de interesse coletivo, e transferência à indivíduos que deverão se responsabilizar pelo cuidado com o outro, sejam crianças, idosos ou pessoas com deficiência, produz uma série de desigualdades que incidem sobre a exclusão destas pessoas, bem como de seus cuidadores, historicamente em sua maioria mulheres, de espaços públicos, produzindo efeitos igualmente negativos sobre sua inserção no mercado produtivo remunerado (assim como demonstram pesquisadores como Moraes e Lemos, 2022; Bonfiglio, Blanc e Cardoso, 2023; e institutos de pesquisa como DIEESE, 2024; FIEPE, 2024; Agência Brasil, 2023; Nações Unidas do Brasil, 2023; entre outros).

Partimos aqui de uma definição de espaço público enquanto espaço de coexistência, de interação face a face, relativamente aberto e acessível e, portanto,

também diverso (GOFFMAN, 2010) e reconhecemos que o pressuposto de universalidade de acesso ao espaço público não caracteriza o cenário das metrópoles brasileiras, dada a sua definição no interior de uma sociedade altamente hierarquizada, o que o torna igualmente um espaço de disputa em detrimento de grupos sociais que não partilham de uma humanidade comum (FREIRE, 2010). Ou, como é o caso das nossas interlocutoras, que ocuparão uma posição marginal em função da condição em que são colocadas enquanto cuidadoras, como visamos demonstrar no próximo tópico.

Quanto ao trabalho produtivo, a produção de bens e serviços está intrinsecamente relacionada com a produção de vida, sendo fundamental para a manutenção do sistema capitalista e, enquanto a primeira é produzida dentro da economia formal, a segunda é produzida fora dela, na família. Com isso, Bhattacharya (2013) discorre sobre três processos que reproduzem a força de trabalho de forma interligada: atividades de cuidado que regeneram aquele que se encontra no mercado de trabalho; atividades de cuidado que mantêm e regeneram aqueles que não fazem parte do mercado de trabalho (crianças, idosos, pessoas com deficiência, desempregados, etc); e dar à luz ou, como a autora diz: reproduzir trabalhadores frescos.

A falta de suporte, tanto estatal quanto social, resulta em uma sobrecarga significativa para as mulheres, que precisam conciliar maternidade, trabalho remunerado, trabalho doméstico, estudos e outras atividades cotidianas.

Embora tenhamos testemunhado avanços notáveis nas últimas décadas, no que se refere a posição ocupada por mulheres no mercado de trabalho, as estruturas patriarcais perduram de maneira sutil e disfarçada (COSTA, 2023). Os resultados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes a 2022, revelam que, em média, as mulheres ainda dedicam 21,3 horas semanais às atividades domésticas, enquanto os homens destinam apenas 11,7 horas (PNAD, 2022, apud MORAES e LEMOS, 2022). É necessário ainda ponderar o caráter subestimado desses dados, que não leva em consideração o trabalho emocional e o gerenciamento da vida doméstica de uma família, que ultrapassam a realização de atividades, envolvendo toda carga mental em torno da gestão da vida privada das famílias (MORAES, RONCATO e BORREGO, 2023).

O Estado, por sua vez, é negligente. Davidson observa que, sob a influência do neoliberalismo e a consequente individualização da vida social, os serviços que deveriam ser supridos pelo Estado são cada vez mais transferidos para a família, especialmente para as mulheres. Isso tornou os cuidados com as crianças e com os membros da família em geral sua responsabilidade exclusiva, sustentada através de “arranjos ‘informais’

submetidos ao controle dos agentes estatais” (Davidson, 2023 apud Bhattacharya, 2019, p. 16). Esse fenômeno se reflete na intensificação dos cuidados domiciliares em diversos segmentos da população, que poderiam ser atendidos por uma rede de serviços, sejam eles creches, escolas integrais, internação hospitalar, centros-dia para atendimento de idosos e pessoas com deficiência, centros de convivência, instituições de longa permanência, entre outros (MOSER e DAL PRÁ, 2016). Esse processo trará impactos significativos sobre as desigualdades de gênero na contemporaneidade e que são muito evidentes nas trajetórias de jovens mães.

A composição do corpo discente das Instituições de Ensino Superior brasileiras também se modificou significativamente desde o início das duas últimas décadas. Pesquisas indicam que o desequilíbrio de gênero no âmbito da educação superior foi revertido (URPIA e SAMPAIO, 2009) e que o perfil socioeconômico destes estudantes mudou significativamente (RISTOFF, 2014). Contudo, uma análise cuidadosa da condição das mulheres no contexto acadêmico aponta para desequilíbrios entre áreas e gargalos na carreira científica que apontam para a persistência de desigualdades de gênero e os modos como a maternidade servirá a restrição do acesso a oportunidades.

Urpia e Sampaio destacavam, ainda em 2009, que a “entrada das mulheres nas universidades e no mercado de trabalho necessariamente não as tem desobrigado do cuidado da casa e dos filhos” (p. 31). As “opções” que lhes restam, no esforço por compatibilizar as demandas tidas como privadas, mas que de fato são de interesse coletivo, e seus projetos de formação envolverão a flexibilização de horários e frequentes interrupções na vida profissional e/ou acadêmica.

Alves demonstra que

os desafios impostos às mães para acesso e permanência na Universidade são determinantes quanto às perspectivas de progressão socioeconômica das mesmas, já considerando o reconhecido rechaço das mães pelo mercado de trabalho, apurando-se a tendência de seu repelimento a contar da licença-maternidade, o que se mantém mesmo após dois anos desta, padrão este que estende até quase quatro anos depois da mencionada licença (2022, p. 5).

As estatísticas apontam que ser mulher e mãe representam fatores de desvantagem ou exclusão do mercado de trabalho e podemos observar como tais adversidades se expressam ainda no acesso e permanência dessas mulheres em instituições de nível superior de educação.

Levantando questões de caráter interseccional, o estudo de Silva (2018) entre estudantes negras que acessaram a universidade após a maternidade aponta que a permanência universitária destas mulheres está diretamente relacionada a mobilização de diversos recursos, além da constituição de uma rede de solidariedade que possibilita a continuidade dos estudos. A família, as redes de amigos e a assistência estudantil são fatores importantes que viabilizam a permanência universitária das estudantes que já são mães.

Uma característica do apoio familiar na retomada do percurso regular da vida estudantil, em casos de gravidez na adolescência, como os analisados pela autora, é o apoio financeiro, dados que estão em consonância com os estudos de Urpia e Sampaio (2009). O suporte econômico familiar é fundamental na conciliação entre as demandas de cuidado e a manutenção dos estudos. A família é colocada nos resultados destas pesquisas como o principal fator também para a permanência universitária. Mães estudantes que não residem próximo de suas famílias acabam por demandar outras fontes de cuidado para seus filhos, como vizinhos (SILVA, 2018), isso quando há com quem contar.

Vivemos em uma realidade em que a maternidade é compulsória e a paternidade ainda é uma escolha, mesmo quando as obrigações do progenitor são judicializadas. A ideia de que os cuidados com os filhos são obrigações femininas continua a prevalecer, apesar das transformações sociais e econômicas. Se agravam as condições das mulheres que se veem obrigadas a lidar com uma maternidade solo, ainda na juventude, antes mesmo da conclusão da sua formação ou inserção no mercado de trabalho.

A pesquisa desenvolvida por Costa (2022) entre estudantes da UNB que conciliam os estudos com o cuidado de filhos pequenos aponta como a rede de apoio, envolvendo não apenas o suporte emocional, mas também recursos práticos, como o compartilhar das tarefas domésticas e cuidados com as crianças, se mostrou fundamental para que as estudantes continuassem seus estudos. No âmbito institucional, por outro lado, a empatia e compreensão demonstradas por educadores e colegas desempenham um papel crucial nesse cenário, segundo os relatos obtidos pela autora.

Partimos do princípio, por outro lado, de que devemos esperar mais das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas brasileiras do que a empatia dos seus agentes e que, além de políticas de assistência efetivas, é necessário olhar com cuidado para os múltiplos atravessamentos que incidem sobre essas trajetórias no contexto institucional. É necessário partir do reconhecimento de que a maternidade é alicerçada por valores capitalistas patriarcais, está inserida em um contexto social marcado pela

invisibilização do cuidado e o não reconhecimento deste enquanto fundamental para a reprodução da força de trabalho.

No contexto que nos serve de espaço de observação, caso exemplar entre os possíveis, não há resolutive que disponha sobre o acompanhamento de menor pelo responsável quando este compõe a comunidade discente da instituição. Os estudantes que exercem a parentalidade não estão cobertos caso precisem se ausentar das aulas em função do adoecimento dos seus filhos, nem lhes é garantido o direito à prova de segunda chamada ou atividades domiciliares nesses casos a menos que apresentem atestado médico. Esse direito, por outro lado, é muitas vezes negado pelos próprios agentes de saúde em situações nas quais a criança requer cuidados e não pode ir para a escola por um período prolongado, mas que também não apresentam doença grave, com risco à vida. Crianças pequenas adoecem com muita frequência e as escolas, por questões de saúde coletiva, se negam a ficar com as crianças que apresentam os menores sinais de enfermidade, bem como, por razões éticas, muitas vezes se negam a administrar os medicamentos que a criança faz uso enquanto em tratamento.

A demanda de cuidado, de um modo geral, conflita com a dinâmica de atividades acadêmicas, por outro lado, e a Instituição de Ensino Superior que nos serve de espaço de observação, por sua vez, não conta com nenhum espaço de suporte ao cuidado das crianças. Não havendo com quem deixar a criança, essa terá que acompanhar o seu responsável e coexistir nos espaços e contextos infra estruturados, simbólica e materialmente, para adultos.

Enfia a criança onde ou o que a criança tem a ver com isso?

Se, por um lado, o não reconhecimento do trabalho reprodutivo enquanto trabalho interessa ao acúmulo de capital, por outro, a sua privatização e familiarização compõe um processo que surge acoplado ao que entendemos por modernidade (ALMEIDA, 2009).

As universidades, de um modo geral, não preveem a presença de crianças. Mesmo os trabalhos que versam sobre o tema, e o nosso não diferirá de nenhum outro neste sentido, refletem a partir da experiência de estudantes mães, ou que se tornam mães durante o período de formação. Discutimos as limitações dos auxílios estudantis, as dificuldades de conciliação entre o cuidado e os estudos e os efeitos do maternar sobre as trajetórias estudantis dessas mulheres, mas parece que as crianças não estão na universidade, sendo que estão. Chegam bebês, muitas vezes, sendo revezadas nos colos dos colegas de classe. Outras frequentam as aulas junto com as suas mães, já mais velhas.

A minha experiência na universidade sempre contou com a presença de crianças. Pedro, o nosso bebê mascote, nasceu no nosso primeiro ano de graduação e foi um elo de aproximação da turma. Do pouco que conseguíamos fazer, enquanto coletivo, tudo sempre girou em torno dele. Chá de bebê/encerramento do primeiro ano, primeiro aniversário/encerramento do segundo. A única festa de formatura que reuniu toda a turma foi também uma festa pra Pedro, mesmo que a mãe de Pedro só tenha se formado um ou dois semestres depois (mas se formou - e em dois cursos quase ao mesmo tempo). Como professora, ano após ano, recebi visitantes especiais em minhas aulas. A presença deles, cotidiana ou ocasional, sempre se deu como condição para a presença das suas mães naquele contexto (relato da primeira autora).

Elas estão lá e, sobretudo entre filhos de estudantes, a sua presença é reflexo da persistência das desigualdades na divisão do trabalho doméstico, de cuidado e, objetivamente, das responsabilidades reprodutivas. Mas também da invisibilização do trabalho reprodutivo e, portanto, consequência da falta de um olhar coletivista sobre o processo mais fundamental de reposição da força de trabalho. Como consequência, a maternidade, dadas as demandas especificamente direcionadas às mulheres, enquanto cuidadoras principais de seus filhos, torna-se uma condição excludente e que irá justificar a desqualificação dessas mulheres para o exercício de outras funções.

Ana Nunes nos alerta que, por “conta da sua representada vulnerabilidade, dependência e incompletude, as crianças são confinadas ao espaço doméstico” (LOPES, 2019, p. 15), junto aos seus cuidadores.

Contemporaneamente, no que se refere à relação das crianças com o espaço público, as margens de agenciamento das crianças numa sociedade de adultos e as lógicas hegemônicas de produção do próprio espaço, envolvem dois sistemas de valores e representações:

de uma banda, as culturas de infância e a espacialização dos seus quotidianos através de práticas sociais relativamente autônomas e específicas e, da outra banda, o capital pericial de quem produz espaços fortemente especializados. Raramente estes saberes comunicam. (LOPES, 2019, p. 10)

Isso impacta negativamente os processos de socialização das crianças, que seriam beneficiadas pela ampliação das experiências vividas, bem como mais bem preparadas para o convívio em espaços diversificados e de convívio comum (LOPES, 2019). E isso impacta negativamente seus responsáveis, porque tende a restringir também a sua circulação em espaços públicos de um modo geral.

A individualização do trabalho do cuidado, reflexo de transformações que dirão também respeito à nuclearização das famílias, bem como a sua segregação ao âmbito do

privado, são processos que irão impactar especificamente os cuidadores, ou as cuidadoras, incidindo sobre a maternidade enquanto uma função que se traduz em uma condição excludente. Se o cuidado de uma criança exige dedicação em tempo integral, exceto pelo tempo de permanência em creches e escolas, quando já tem idade para isso, e se nos organizamos em uma lógica adulto cêntrica na qual às crianças são reservados espaços específicos, e somente eles, a exclusão de quem a cuida é uma tendência que se expressará em desigualdades de acesso aos mais diversos contextos e oportunidades.

Entre as questões estruturais que precisam ser superadas por esse público de estudantes em favor da continuidade dos estudos e as dificuldades individualmente enfrentadas caso a caso, nos deparamos com uma série de situações nas quais a presença das crianças na instituição é inevitável, inclusive em função das próprias falhas nas normativas internas.

Em nosso trabalho etnográfico digital nos deparamos com relatos que atravessam desde dificuldades enfrentadas em função da ausência de uma infraestrutura básica ao suporte parental, passando por constrangimentos cotidianos, até situações de risco às quais são condicionadas as crianças e suas mães:

Meu curso oferta as matérias em alternância para os cursos noturno e vespertino e eu tenho que trazer minha filha toda vez que preciso realizar alguma matéria de noite para não ficar ainda mais atrasada na conclusão do curso. Já acordo bem cedo pra deixar ela na creche integral e depois de ter trabalhado e estudado de manhã e de tarde ainda tenho que maternar na aula da noite. Não tenho nenhuma rede de apoio e, nem se tivesse, logisticamente não daria, porque não consegui vaga na Criarte e a creche dela é longe do campus. Fico entre prestar atenção na aula e cuidar dela, com o medo de sermos constrangidas por ela ser uma criança e agir como tal (Victoria, mulher cis, preta e graduanda, mãe solo de uma criança de 3 anos).

As crianças permanecem apenas quatro horas por dia na creche/escola públicas, o tempo de deslocamento entre a instituição e a sala de aula sendo incompatível com o horário das próprias aulas na universidade, mesmo em cursos de tempo parcial, sem contar o tempo de dedicação a estágios ou bolsas. A possibilidade de realização de trabalho remunerado, mesmo que em meio período, exigindo a terceirização do cuidado da criança - o que muitas vezes é financeiramente inviável.

A Universidade Federal do Espírito Santo possui uma instituição de Educação Infantil que funciona em período parcial em seu campus sede, e que garantia reserva de vagas a filhos de estudantes, funcionários e professores da instituição. Como nunca foi capaz de atender à demanda, o acesso às vagas se dava entre os membros da comunidade

interna mediante sorteio e segundo cotas por categoria, o que deixou de acontecer a partir do ano letivo de 2022. A instituição, que atende crianças de 2 a 5/6 anos, funciona em períodos que se estendem das 7h e às 11 da manhã, no período matutino, e às 13h e às 17h, no período vespertino, enquanto as aulas de alguns cursos da universidade são oferecidas exatamente nesses intervalos de tempo e, outros, em intervalos que se iniciam uma hora mais tarde – e, portanto, se encerram posteriormente ao horário da saída das crianças da escola.

A Universidade Federal do Espírito Santo possui um Programa de Assistência Estudantil e, para serem assistidos, os estudantes de graduação presencial de um modo geral devem ter renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita. Atualmente, são oferecidos dois tipos de auxílio específicos aos estudantes que se enquadram no Programa de Assistência Estudantil e possuem filhos pequenos.

O Auxílio Educação Infantil¹¹ consiste em um recurso pecuniário direto para custear parte das despesas com Creche, pré-escola ou cuidador, destinado a estudantes da graduação presencial que possuam filho (a) sob sua guarda ou tutela e com idade entre 0 a 5 anos e 11 meses e 29 dias, atendendo prioritariamente crianças com idade entre 0 a 2 anos, 11 meses e 29 dias. Segundo informações que obtivemos do setor responsável, todas as demandas vêm sendo atendidas, mas o acesso à assistência é muito restrito. A inscrição deve ser realizada semestralmente e se dá por edital próprio no site da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assistência Estudantil - PROPAES, que utiliza uma análise socioeconômica da estudante e sua família, com base na documentação que consta no cadastro¹². Por outro lado, embora seja um auxílio que compreende o período de um semestre letivo, são pagas apenas 4 parcelas no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais) cada.

O programa garante ainda que, conforme a resolução N° 30/2014-CUn, em seu artigo 1º, o acesso ao Restaurante Universitário pelos estudantes assistidos seja extensivo aos seus filhos (as) que tenham até 06 anos e 11 meses. O tempo de vigência do benefício, por si só, já é contraditório, assim como destacam as nossas interlocutoras:

¹¹ Instituído em conformidade com o que prevê o Decreto n° 6.135/2007, a Resolução n° 03/2009-CUn/UFES, o Decreto n° 7.234/2010 e a Portaria n° 1.831/2017-R de 25 de agosto de 2017.

¹² O edital prevê que a estudante deve enviar um requerimento de cadastro na Assistência Estudantil, cópia simples da certidão de nascimento do dependente, cópia simples do documento de guarda/tutela ou declaração do Conselho Tutelar ou declaração assinada pelo responsável disponível em anexo no edital, comprovante do gasto com creche/pré-escola ou declaração assinada pela pessoa cuidadora que é paga para cuidar da criança quando for o caso.

a Constituição brasileira que diz que é criança de zero a doze anos, ou seja: a gente não pode deixar os nossos filhos sozinhos até os doze anos... olhe lá, ainda, porque são crianças ainda e o Auxílio infantil eles cortam com [seis] anos e isso dificulta muitas mães que podem correr um risco de evadir o curso por não ter condições de manter as despesas. Por exemplo o meu filho está com 3 anos, daqui dois anos corta o Auxílio Infantil. Quem me garante que daqui dois anos eu não vou evadir o curso porque eu não tenho uma assistência estudantil do Auxílio Infantil até todo o período do curso, até eu concluir, em relação ao meu filho, entendeu?" (Luana, mulher cis, preta, graduanda, mãe solo de uma criança de 3 anos).

Nos depararemos ainda com uma série de outras contradições internas à política de assistência voltadas para estudantes que possuem filhos pequenos, mas já podemos observar o seu caráter insuficiente do ponto de vista do alcance, dados os critérios socioeconômicos estabelecidos, bem como do ponto de vista efetivo, dado o cronograma de desembolso e a limitação da verba.

Considerando o tempo de aulas e o deslocamento dos estudantes, acompanhados de seus filhos, as tarefas de cuidado necessariamente se darão no espaço da universidade, envolvendo desde a alimentação até a troca de fraldas e idas ao banheiro das crianças. Os banheiros raramente contam com fraldários, chuveiros ou duchas¹³ e, por mais desnecessárias que estas possam parecer aos usuários comuns desses equipamentos, são necessidades básicas recorrentes no cuidado com crianças pequenas. Os comentários dos usuários da rede e membros do coletivo em seu grupo de whatsapp apontam para a falta de infraestrutura nos prédios para a realização de atividades básicas de cuidado e suas consequências para o bem-estar sobretudo dos bebês e crianças menores:

No meu primeiro semestre como mãe não havia conseguido vaga na Criarte e levava meu filho pras aulas comigo. Tive que trocar a fralda dele na pia do banheiro, naquela imundice. Um dia o banheiro estava interditado e eu deixei pra trocar em casa. Quando cheguei meu filho estava com assaduras horríveis e eu tive que faltar aula pra levar ele ao pediatra (Hyrine, em comentário no grupo de WhatsApp do Coletivo Parentalidades Ufes).

A situação, em termos infraestruturais, é tão crítica que incide negativamente sobre as experiências acadêmicas das nossas interlocutoras mesmo quando envolvem assistência pelas políticas de permanência.

As crianças não têm acesso próprio ao RU¹⁴, devendo pular ou passar por baixo da roleta, senão ser carregadas no colo por seus responsáveis ao entrar. O próprio acesso

¹³ Apenas um banheiro com chuveiro está disponível aos estudantes no campus, no Centro de Educação Física. Lembramos que a Universidade, seus Centros e prédios se distribuem por um território de 1,5 milhão de m².

¹⁴ O que se dá, entre os estudantes assistidos, através de um cartão magnético individual intransferível e recarregado automaticamente, mês a mês, diferente dos passaportes individuais que podem ser adquiridos

Comentado [UC1]: não encontrei esse relato no grupo, nem esse nome.. mas pelo que estava me lembrando essa moça não foi uma que foi com o filho na reunião na greve que fizemos? talvez voce tenha se confundido ou então posso ter perdido essa parte da conversa no grupo

Comentado [MB2R1]: Foi coleta minha, na etnografia digital

Comentado [MB3]: Vic, conferir essa nota de rodapé

Comentado [VR4R3]: vou pesquisar essa info, mas acredito estar correta

Comentado [UC5R3]: "o Benefício Restaurante Universitário da Universidade Federal do Espírito Santo (Benefício RU-Ufes), com o objetivo de ampliar as ações que contribuam para a permanência qualificada dos estudantes regulares de graduação presencial da Ufes com renda familiar bruta mensal per capita de até 2 (dois) salários mínimos não atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil – Proaes/Ufes." esse beneficio pode ser citado no corpo do texto, vou inserir uma sugestão grifada em vermelho, ele está vigente e funciona sem vínculo ou ligação com a proaes e tem regras próprias. inclusive sou assistida por ele e acabei de ver que ele não versa, como o beneficio da propaes faz, sobre o direito da mãe alimentar a criança.

Comentado [MB6R3]: Ué?!? Então precisamos ver isso, tinha entendido errado

ao direito está submetido a condições potenciais de constrangimento, caso algum funcionário venha a questionar a passagem da criança. Foi mais ou menos o que aconteceu com Luciana: “Ele passou com meu cartão e eu estava com problemas nas costas e não me deixaram passar pela porta. [...] [Um colega] e mais gente do curso chegaram e abriram a porta me colocaram pra dentro (Aluna de Pós Graduação, negra, mãe de uma criança de 5 anos).

Os estudantes de pós-graduação, como Luciana, não têm acesso a nenhuma dessas políticas de assistência, nem ao Auxílio Alimentação, nem a sua extensão aos seus filhos pequenos, mas a estudante de doutorado, militante em várias frentes, inclusive do Coletivo, “roleta” a criança, como forma de protesto e meio de sobrevivência no campus. Mas essa situação na entrada no restaurante se deu sem que se colocasse em questão o direito ou não da criança em acessá-lo gratuitamente, informação que não foi conferida pelos funcionários, e poderia ter sido experimentada mesmo que o direito fosse garantido. Muitos estudantes “roletam”, por uma questão financeira ou em protesto quanto ao preço, a qualidade ou por defenderem a gratuidade generalizada de acesso ao serviço. Roletar, contraditoriamente, é a condição instituída de acesso ao RU para a criança, mesmo que ela tenha gratuidade garantida através do seu responsável.

Uma vez dentro do restaurante, a lógica de ordenamento do espaço impossibilita que o responsável pela criança passe duas vezes pelo setor de acesso aos alimentos¹⁵, exigindo que equilibre dois pratos e a criança, ao mesmo tempo:

Passo pelas roletas e fico entre usar a bandeja para fazer dois pratos, e ficar sem nenhuma mão livre para segurar a criança caso ela se afaste, e fazer o nosso prato num só, com um olho na concha de feijão e outro na criança correndo pra longe, naquele restaurante imenso, cheio e com muitos estímulos de todos os tipos. Largo o prato no self-service e corro para buscar ela, às vezes deixo as bolsas antes de fazer o prato, mas mesmo assim é difícil. (Victoria, mulher negra e, mãe solo de uma criança de 3 anos.)

A opção que resta é partilhar o mesmo prato e, muitas vezes, optar pela satisfação da criança em detrimento do adulto que a acompanha: “se eu vou no RU eu tenho que

pelos estudantes não assistidos (por R\$ 5,00 cada refeição) ou por visitantes da universidade (que custam, nesses casos, R\$ 9,50 cada refeição), ou mesmo os cartões magnéticos recarregáveis, com recursos próprios, de acesso aos estudantes de graduação em geral.

¹⁵ A entrada do restaurante leva diretamente aos corredores de acesso à comida e, apenas em seguida, às mesas. Ao entrar, o usuário vai diretamente aos pratos e rechoude e, só depois de se servir, pode deixar suas bolsas e se sentar, não havendo a possibilidade de retornar, seja para repetir ou para servir um segundo prato, nesse caso, o que garantiria o preparo do prato da criança e, também, o do responsável, um de cada vez. Lembramos que os estudantes portam seu material de estudo e, os responsáveis por crianças, muitas vezes também a sua bolsa.

colocar bastante comida no meu prato pra dividir comigo e meu filho e aí nem comer direito eu consigo” (Luana, aluna de graduação, mãe de criança de 3 anos).

Apesar do auxílio se restringir às crianças de até 7 anos incompletos, o que por si só contradiz o ECA, esse espaço não oferece estrutura básica ao atendimento dessa demanda específica. Como se não bastasse tratar-se de um salão extenso, sem divisórias, extremamente barulhento, não há utensílios básicos ao atendimento das suas necessidades:

Dentro do RU a gente tem a dificuldade também da ausência de utensílios apropriados para crianças, por exemplo: um prato pequeno, uma colher pra dar almoço pra criança pequena [...]. A ausência de cadeiras e mesas adequadas pra idade da criança... (Luana, mulher cis, preta, graduanda, mãe solo de uma criança de 3 anos).

Por fim, a dinâmica de uso do espaço torna o processo mais básico de levar a criança ao banheiro um grande desafio:

eu passei por uma situação muito complicada, que eu não consegui comer direito porque meu filho quis ir ao banheiro fazer cocô na hora de almoço e eu não sabia o que fazer! [...] [Não sabia se deveria] deixar o prato na mesa cheio de comida (e alguém pegar e jogar fora achando que eu já tinha deixado na mesa) ou correr com ele pro banheiro pra levar ele pra fazer cocô... ou seja, isso foi uma situação muito complicada pra mim principalmente pela distância dos banheiros. (Luana, mulher cis, preta, graduanda, mãe solo de uma criança de 3 anos).

As insatisfações das nossas interlocutoras com relação à política de assistência e a sua condição de permanência se resumem em um desabafo:

Nós somos invisíveis pra UFES e pra todos os que lá bradam por inclusão, mas nunca perceberam que num ambiente onde circulam quase 20 mil pessoas por dia não existe sequer um fraldário (Hyvna, em comentário no grupo de Whatsapp do Coletivo Parentalidades Ufes).

As demandas em encaminhamento pelo Coletivo Parentalidades Ufes envolvem a ativação de um RUzinho, em uma área do salão do restaurante que fica inutilizada, e a oferta de utensílios e cadeirões para as crianças. O Coletivo luta ainda pela montagem de uma brinquedoteca, um espaço adequado à permanência das crianças quando na universidade, que poderia ser mantido como um projeto de extensão ou mesmo espaço de uso e atendimento cooperativo, em que o atendimento às crianças poderia ser organizado pelas próprias demandantes, em regime de revezamento. Na ausência de suporte individual ou institucional ao cuidado, as crianças passam a ocupar as salas de aula.

Maternidade enquanto fator excludente

de certa forma se a gente se vê obrigada levar os nossos filhos pra sala de aula, a gente lida com o desvio de atenção da aula porque a gente fica muito focado na criança, a gente não tem esse espaço interativo para distrair a criança, materiais didáticos, brinquedos que venham a distrair a criança durante esse período [de realização das atividades acadêmicas], trazendo acessibilidade (Luana, mulher cis, preta, graduanda, mãe solo de uma criança de 3 anos).

Mariana tinha um bebê e uma prova de epidemiologia. O bebê e a prova coexistiam na vida de Mariana, tal qual em sala de aula, mas a estudante teve que optar entre um e outro, já que a professora não considerou adequada a permanência da criança em sala durante a avaliação, para “não atrapalhar aos demais”. Não ter com quem deixar o filho para fazer a prova não se enquadra na Resolução CEPE/UFES nº 33 de 22 de maio de 2023¹⁶. Por fim, o bebê foi deixado dormindo, trancado, na sala ao lado, enquanto a mãe fazia a prova, sem que pudesse contar com nenhum dispositivo de monitoramento remoto. Em caso de intercorrência durante esse período, e em se tratando de um contexto institucional, a situação poderia ser enquadrada enquanto abandono de incapaz, incidindo sobre a sua mãe a acusação de negligência. Por sorte, tudo correu bem com a criança, mas não podemos afirmar o mesmo quanto ao desempenho de Mariana na prova.

A situação vivida pela estudante é crítica, em comparação com uma série de outras observadas, mas exemplifica bem a precariedade experimentada por muitas estudantes em sua condição de parentalidade. Entre a invisibilidade do cuidado e a ausência de infraestrutura institucional para lidar com a presença de crianças no campus, seja no que se refere aos auxílios estudantis, a oferta de equipamentos e serviços, seja no que se refere às normativas, o caso evidencia o fato de que as crianças não cabem na universidade, nem na rotina acadêmica. “Enfia onde, então?” é a pergunta que subjaz suas experiências acadêmicas sempre que confrontadas com uma lógica que desqualifica a presença de seus filhos e, portanto, as suas.

Luana estava compondo uma atividade de greve em companhia do seu filho, de três anos, quando a criança soltou a sua mão e saiu correndo, ao ponto de sair do campo de visão do grupo. Um desconhecido o encontrou, estranhou a situação e ficou com a criança, até a chegada dela.

¹⁶ Normativa que versa sobre regras e procedimentos para solicitação e concessão de exercícios domiciliares para os(as) estudantes dos cursos de graduação da Universidade Federal do Espírito Santo.

No dia que coloquei isso em pauta na reunião da greve, eu comentei com meus amigos sobre essas questões que levantei [as dificuldades que enfrenta e a insuficiência de um suporte econômico que a possibilite garantir o atendimento às demandas de cuidado da criança], simplesmente debocharam de mim dizendo: “Você quer bolsa de estudos e ainda quer que o governo sustente seus filhos para você estudar?” E um disse “mas o governo tem que ter políticas de assistência” (Luana, mulher cis, preta, graduanda, mãe solo de uma criança de 3 anos).

O confronto desvela um aspecto que atravessa as vivências de todas as nossas interlocutoras, apontando para uma questão que é latente em suas experiências acadêmicas: diante da ausência de suporte, elas têm que contar com a boa vontade de seus pares, por si só, paradoxal.

Meu filho é bem recebido pelas colegas de curso, mas existe um olhar sobre nós de que não deveríamos estar ali. E de fato não deveríamos, eu gostaria de poder me concentrar totalmente na aula enquanto meu filho está seguro, eu não tenho rede de apoio e não consegui creche integral, na hora da aula faço o que com o menino? (Vanessa, aluna de graduação, mãe de uma criança de 3 anos).

O fato da universidade não estar preparada para a presença de crianças é coerente ao modo como se organizam as instituições e mesmo os espaços públicos da cidade de um modo geral. Cada vez mais as pracinhas são os lugares reservados às crianças, como se a elas não coubessem as calçadas, os pátios e as ruas. Segundo Lopes essa tendência implica em uma restrição às possibilidades de socialização da criança, restringindo suas experiências. Para o autor, “os espaços públicos para as crianças devem superar a lógica infantil da subalternização dos seus habitus como sujeitos plurais, dotados de agência e relativa autonomia”. Em vez de meros espaços para as crianças, o autor defende que nossos espaços públicos em geral deveriam ser projetados para inclui-las enquanto espaços potencializadores de diferença (2019, p. 18). Ao contrário, lidamos em geral com o fato de que a coexistência das crianças neste espaço as coloca em risco potencial:

Minha filha já anda e corre pelos corredores, estar na UFES com ela é tão desafiador e exaustivo que preciso prestar muita atenção até pra que ela não seja atropelada nas passarelas por adultos ou bicicletas e motos. E olha que as passarelas são só para pedestres viu (Victoria, negra, mãe solo de uma criança de 3 anos.)

Ao mesmo tempo, ou assumimos que a universidade é um espaço exclusivo para um perfil específico de usuários, ou precisamos reconhecer o público diverso que hoje compõe a sua comunidade interna para que sejamos capazes de garantir, de fato, a sua permanência.

Entre as nossas interlocutoras, a maternidade enquanto condição excludente, em função de todos os atravessamentos acima desvelados, afetará suas formações de modo transversal, impactando o seu rendimento estudantil, bem como restringindo as experiências que poderiam estar sendo vividas em favor da potencialização das suas oportunidades futuras de trabalho:

Participar de eventos acadêmicos é uma realidade bem distante pra mim, vejo várias coisas acontecendo na universidade e não consigo participar por não ter como deixar minha filha sob os cuidados de ninguém. São oportunidades ricas de viver a universidade fora da sala de aula que pra mim quase não existem, não me lembro de ter visto eventos que tivessem alguma preocupação com o acesso das mães. Tem atividades que são finais de semana, o que eu faço com a criança? **Tem temas que não são apropriados** e a Ufes poderia ter políticas de acessibilidade para nós. Já deixei de ir à aula em laboratório de computadores por medo que minha criança quebrasse algo lá. (Victoria, negra, mãe solo de uma criança de 3 anos.)

Esse fenômeno produz ainda um sentimento de inadequação: “Eu já vivi a Ufes sem ter filhos, era um outro mundo e agora parece que eu estou tentando me caber onde não me querem” (Luana, negra, mãe de uma criança de 3 anos). A essas dificuldades se somam questões mais amplas e que dizem respeito à conciliação entre o trabalho de cuidado e as atividades de estudo e que colocam em evidência as desigualdades enfrentadas por nossas interlocutoras em prosseguir com suas atividades formativas:

Sou estudante e mãe solo, no sentido literal da palavra. Esse semestre não consegui fazer descrever meu TCC2 pra defesa. Vou ter que sair de um projeto de extensão que eu queria muito participar. Faltam oito disciplinas pra eu pegar estágio e eu não consigo. Fora que meu filho é autista. Tive que brigar na creche pra conseguir o integral e mesmo assim não está garantido para semestre que vem. 400,00 [valor relativo a uma Parcela do Auxílio Educação Infantil] infelizmente não conseguem pagar um contraturno. É MUITO difícil querer se formar e não poder, pela invisibilidade que nós pais, que não temos rede de apoio e cuidamos sozinhos dos nossos filhos temos. Nós existimos, nós prestamos uma prova, uma seleção como todos mundo. E a criança é responsabilidade da família e da comunidade também (Daiana, mulher branca, em comentário no grupo de Whatsapp do Coletivo Parentalidades Ufes).

Os impactos da maternidade sobre a produtividade de suas mães, durante a primeira infância de seus filhos, vêm sendo comprovados e reconhecidos. Carpes et al (2022) apontaram para a repercussão imediata na produtividade das cientistas depois do nascimento dos(as) filhos(as), o que se dá em diferentes áreas do conhecimento e tende a perdurar pelo menos quatro anos após o nascimento do primeiro filho. As autoras apontam fatores diversos em favor do entendimento do fenômeno, envolvendo desde determinantes culturais relacionados às expectativas de gênero “até questões relacionadas

ao preconceito explícito, assédio, violências diversas e viés implícito, afastando as mulheres do ambiente hostil que a academia frequentemente assume” (2022, p. 1).

Esses trabalhos também refletem um movimento político envolvendo a produção de conhecimento em torno da questão e a proposição de ações compensatórias, contribuindo para uma série de avanços no que se refere ao reconhecimento dos impactos da maternidade para a carreira acadêmica. Em 2021 foi implementado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) o registro dos períodos de licença-maternidade no curriculum lattes e desde então acompanhamos a criação de resolutivas, por diversas agências de fomento, que estabelecem critérios específicos de avaliação da produção de pesquisadores que tem filhos pequenos.

Mas esse reconhecimento e a devida inclusão de índices avaliativos ponderadores deste impacto em contextos avaliativos beneficia quase exclusivamente mulheres que já estão próximas ao topo da carreira: profissionais que em sua maioria já concluíram o doutorado, dado contexto atual de concorrência para as vagas no Ensino Superior no Brasil, e que são candidatas a concursos públicos, ao financiamento de projetos de pesquisa ou a bolsas de produtividade técnico-científica. Essas conquistas estão muito longe de beneficiar às estudantes, menos ainda aquelas que se encontram nas fases iniciais de formação.

Esses avanços não chegaram aos editais de Iniciação Científica, nem à política de estágio, fundamental para a inserção futura dos graduandos no mercado de trabalho; sequer servem à avaliação de candidatos aos programas de pós-graduação. Esse público também tem a sua “produtividade” afetada, o que se reflete no prolongamento do tempo para a conclusão da graduação, em impactos no seu rendimento em termos de notas e em restrições de acesso a oportunidades que tornariam o seu curriculum mais competitivo, de um modo geral.

Na prática, para a maioria das mulheres, colocar os filhos no curriculum implica em uma desvantagem potencial e as responsabilidades pelo cuidado tendem a restringir significativamente o seu potencial de carreira, independente das suas expectativas, em função dos desafios que envolvem:

Já recusei muitas oportunidades ótimas de estágio que muitas vezes conflitam com os horários de levar e buscar na creche. [...] Alguns estágios, bolsas e outras possibilidades que poderiam me gerar uma função com renda usam o coeficiente de rendimento [CR] como critério para a escolha e eu sou uma aluna que está voltando ao curso depois de ter evadido, não tenho um bom CR e depois da maternidade ficou mais difícil ainda subir

ele, me distanciando ainda mais das oportunidades. (Victoria, negra, mãe solo de uma criança de 3 anos.)

Ter filhos pequenos continua sendo um elemento gargalo para o acesso a oportunidades, servindo para justificar, de forma declarada ou não, a sua eliminação de processos de seleção ou sendo usado contra elas em situações de conflito e mesmo assédio moral. Basta para isso que essa maternidade seja de conhecimento geral.

Jaqueline é uma mulher negra, mãe de uma criança de seis anos que concluiu seu subprojeto de pesquisa com uma bolsa de Iniciação Científica, sem maiores dificuldades, e o encaminhou a sua orientadora para avaliação e entrega. A orientadora dela, por outro lado, se esqueceu ou confundiu e simplesmente não enviou o seu relatório para o setor de controle de projetos e foi penalizada, dada a situação de irregularidade que isso provocou na prestação de contas prevista pelo edital e pelo qual ela, como coordenadora da pesquisa, responde pessoalmente¹⁷. Frustrada com a penalização e insistindo por transferir a responsabilidade para a estudante, mesmo que simbolicamente, a professora então concluiu: “nunca mais dou bolsa pra estudante que tem filho”. À maternidade de Jaqueline foi atribuída uma falha cometida por outra pessoa, também mulher, que não tem filhos. O que a criança tem a ver com a questão?

As crianças são usadas, de vários modos, como critério desqualificador dessas mulheres e seus trabalhos, justificando processos de exclusão de gênero que muitas vezes sequer a permitem acessar oportunidades. Como se não bastasse lidarmos com um contexto em que a maternidade é compulsória, a responsabilidade pelo cuidado sendo atribuída às mulheres, o maternar é usado como critério desqualificador de trajetórias mesmo quando nada tem a ver com isso.

¹⁷ Nesse caso específico, a estudante bolsista encaminhou o relatório para a orientadora por e-mail e dentro do prazo, para que então fosse avaliado e devolvido para correção ou entregue, pela professora orientadora coordenadora do projeto, via sistema. Não obteve resposta alguma e o tempo passou. O procedimento de entrega dos relatórios não pode ser feito diretamente pelos bolsistas, que não têm acesso a esse sistema, e, também, porque a sua aprovação passa necessariamente pelo aval do orientador, que poderia simplesmente aprovar e entregar o relatório, sem se reportar novamente à estudante. A orientadora chegou a alegar que a estudante não havia entregue o relatório, o que, se confirmado, transferiria a responsabilidade para a estudante. Mas Jaqueline pôde argumentar em seu favor, perante o setor responsável, apresentando o e-mail enviado para a orientadora, com a antecedência devida. Caso a estudante não pudesse comprovar sua inocência, poderia ser penalizada com a restituição das parcelas recebidas à agência financiadora de seu subprojeto de pesquisa, ou seja: devolvendo todo o dinheiro recebido com a bolsa no ano anterior. Como fora comprovado que o erro foi cometido pela orientadora, foi ela a punida, com o impedimento de submeter novos projetos e pedidos de bolsa para o edital do ano seguinte, ou seja: sem prejuízo econômico pessoal.

Considerações Finais

Enquanto a Teoria da Reprodução Social reconhece a reprodução como aspecto central ao processo produtivo, enquanto atividade de reposição da força de trabalho, encontramos-nos em um contexto capitalista patriarcal que o invisibiliza e desqualifica, utilizando-o ainda como justificativa para a exclusão de quem se ocupa dela, excluindo quem demanda por cuidados dos espaços públicos. Apesar de se constituir enquanto atividade fundamental para a sustentação da realidade, tal qual se coloca, servirá, enquanto trabalho não remunerado, à manutenção das desigualdades de gênero e dispositivo de subordinação de mulheres a um papel social cada vez mais individualizado. Lidamos com um problema complexo, que tem raízes profundas na realidade aqui analisada, e que se expressa de múltiplas formas.

No Brasil, a maternidade é compulsória. Além da doação voluntária, não há alternativa legal disponível para pessoas que não desejam ter filhos, caso engravidem. Lidamos atualmente com um projeto de lei que defende a equiparação do aborto ao homicídio e que trará retrocessos mesmo em caso de gravidez por estupro. Nessas condições, para se ter um filho, basta ter útero. Não lidamos meramente com uma questão de controle de natalidade, mas com um destino que é escrito e imposto cultural, social e legalmente.

Apesar das significativas transformações no que dizem respeito ao acesso ao ensino superior e mesmo ao mercado de trabalho pelas mulheres, estas seguem acumulando a maior parte das atividades não remuneradas e que envolvem a reprodução da vida, delas próprias e dos seus. As desigualdades persistem no que se refere à remuneração, ao acesso a cargos de poder e às condições de produtividade, sobretudo entre aquelas que possuem filhos, mais ainda para aquelas cujos filhos ainda se encontram na primeira infância.

No contexto acadêmico, muitas vitórias vêm sendo conquistadas graças ao reconhecimento dos impactos da maternidade para as carreiras das mulheres, mas a maioria delas ainda não atinge aquelas que apresentam condições mais vulneráveis, justamente as estudantes de graduação, que ainda vislumbram qualquer perspectiva de carreira.

As IESs se estruturam em adequação à uma lógica excludente, tanto com relação às crianças quanto aos seus cuidadores. Não dão conta de garantir condições básicas de permanência pra quem, além de se manter estudando, ainda precisa manter e garantir a segurança e o bem-estar de alguém.

Os relatos das nossas interlocutoras demonstram que levar seus filhos para a universidade não é uma escolha, é reflexo de uma carência básica por suporte que tem origem social, estatal e institucional, e, portanto, uma condição para a sua própria permanência. Permanecer, nesses casos, é resistir. É resistir nos espaços que as repelem, junto aos seus filhos, é resistir nos contextos nos quais o seu potencial é subestimado ou desqualificado.

Não temos a pretensão neste artigo de oferecer soluções, dada a complexidade da questão, mas nos parece fundamental reforçar os múltiplos atravessamentos que compõem essas trajetórias, conferindo destaque para as limitações até mesmo das ações implementadas em favor da sua superação.

Nossas interlocutoras desafiam as estatísticas, elas levam o filhote de elefante pra dentro da sala. Resistem, não sem dificuldades, e tem o seu esforço muitas vezes desperdiçado pela ausência de uma resolução, pela má interpretação de outra, pela inconsistência entre o Estatuto da Criança e a Política de Assistência Estudantil, pela falta de uma colher, pela persistência de uma visão elitista do papel da universidade pública e a sua incapacidade de colaborar efetivamente com verdadeiras transformações na sociedade. Qualquer avanço já teria grande impacto em suas trajetórias, como os nossos relatos já permitem observar, mesmo os normativos, de custo zero. Mas até para que haja condições de lutar por grandes revoluções, o mínimo é o básico e o que os nossos dados demonstram é como a carência do básico é tornado recurso para a manutenção de um status quo no qual as mulheres, por fim, seguem sendo objeto de opressão. E a maternidade, nesse sentido, tem servido de forma muito oportuna.

Bibliografia

AGÊNCIA BRASIL. *Desigualdades de gênero e raça sobrecarregam mulheres no cuidar.* 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-11/desigualdades-de-genero-e-ra%C3%A7a-sobrecarregam-mulheres-no-cuidar>. Acesso em: 22 jun. 2024.

ALMEIDA, Ana Nunes. *Para uma sociologia da infância. Jogos de olhares, pistas para a intervenção.* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

ALVES, Christiane. MATERNIDADE RIMA COM UNIVERSIDADE? In: *Revista Direito e Feminismos* –Volume 1, número 1, Jun. de 2022.

BADINTER, Élisabeth. *L'Amour en Plus: Histoire de l'amour maternel XVIIe-XXe siècle.* Paris: Flammarion, 1980.

BHATTACHARYA, T. Explicando a violência de gênero no capitalismo. *Marx e o Marxismo.* v.7, n.12, 2019. Disponível em: <https://www.niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/319>, acessado em: Novembro de 2023.

BLANC, M. V.; CARDOSO, S. P. Uma análise dos efeitos da crise sanitária sobre o cotidiano de mulheres com filhos pequenos: entre a gestão pública do caos e a administração da vida privada no olho do furacão. *Terceiro Milênio: Revistas Crítica de Sociologia e Política*, v. 15, n. 2, p 99-127, jul/dez 2020.

BRASIL. Universidade Federal Do Espírito Santo Resolução/Cun/Ufes/Nº 19, De 02 De Setembro De 2022 Regulamentação do Programa de Assistência Estudantil. Disponível em: https://proaeci.ufes.br/sites/resolucao_no_19.2022.pdf (ufes.br). Acesso em: 21 maio 2024.

CARPES, Pâmela Billig Mello; STANISCUASKI, Fernanda; OLIVEIRA, Leticia de e SOLETTI, Rossana C. Parentalidade e carreira científica: o impacto não é o mesmo para todos. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, 31(2):e2022354, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ress/a/c7TkCBBBsYtF7nhnsDmZ83n/?lang=pt&format=pdf>, acessado em junho de 2024.

COSTA, Beatriz Corrêa da Luz. A vivência da maternidade no processo de graduação e o papel exercido pela política de assistência estudantil. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social. Universidade de Brasília, 2023.

DIEESE. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Mulheres no mercado de trabalho: desigualdades e desafios. São Paulo: DIEESE, 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/mulheres2024.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

FERNANDES, C. S. F. Sobrecarga emocional materna durante a pandemia por Covid-19: revisão integrativa da literatura. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) - Curso de Enfermagem - Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2021.

FIEPE. FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Desigualdade de gênero no mercado de trabalho: impactos e desafios. Observatório da Indústria, 2024. Disponível em: <https://observatorio.sistemafiepe.org.br/desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho-impactos-e-desafios/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

FREIRE, J. Agir no regime de desumanização: esboço de um modelo para análise da sociabilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 10, p. 119-142, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7186>. Acesso em: 21 jun. 2021.

GOFFMAN, E. Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HIRATA, Helena, KERGOAT, Danièle. (2008). Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França e Japão. In: COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Blla; BRUSCHINI, Cristina e HIRATA, Helena. (Orgs). Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV.

LOPES, João Teixeira. As crianças e a cidade. Uma reflexão sobre usos e contra-usos no espaço público. In *InfantiCidades: pelo direito a brincar*. Porto, Portugal: Instituto Politécnico do Porto. Escola Superior de Educação, 2019.

MORAES, L. C. G; LEMOS, P. R. Mulheres em home office na pandemia e a crise da reprodução social. Trabalho e Marxismo: questões contemporâneas. Marília/SP: LUTA ANTICAPITAL, 2022.

MORAES, L. C. G.; RONCATO, M. S; BORREGO, A. E. A revolução será feminista! Aporte para lutas estratégicas da classe trabalhadora contra o capital. 1. ed. Marília: Lutas Anticapital, 2023.

MOSER, L.; DAL PRÁ, K. R. Os Desafios de Conciliar Trabalho, Família e Cuidados: evidências do “familismo” nas políticas sociais brasileiras In: *Textos & Contextos*: Porto Alegre), [S. l.], v. 15, n. 2, p. 382–392, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/21923>, acessado em maio de 2024.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Mais de 4 milhões de mulheres não conseguiram retornar ao trabalho na América Latina e Caribe. 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/173830-mais-de-4-milh%C3%B5es-de-mulheres-n%C3%A3o-conseguiram-retornar-ao-trabalho-na-am%C3%A9rica-latina-e>. Acesso em: 22 jun. 2024.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, 2014.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. (2004). Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. *Temas em Psicologia*, v. 12, n. 1, p. 02-17.

SILVA, Juliana. Interseccionalidades e Maternidade na Universidade Federal Da Bahia. In: *Anais do 16º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. Campina Grande, PB, 2018.

URPIA, Ana Maria de Oliveira e SAMPAIO, Sonia Maria Rocha. TORNAR-SE MÃE NO CONTEXTO ACADÊMICO: DILEMAS DA CONCILIAÇÃO MATERNIDADE - VIDA UNIVERSITÁRIA. In: *Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras* vol. 3 (2) 2009.

URPIA, Ana Maria de Oliveira. TORNAR-SE MÃE NO CONTEXTO ACADÊMICO: narrativas de um self participante. *Dissertação* (mestrado em Psicologia) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009. Disponível em: https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/ana_maria_urpia.pdf, acessado em maio de 2024.